Local: Pavilhão Desportivo de Aldeias. ----------

Data: 13 de junho de 2026 ----------

Abertura da reunião: dez horas e trinta minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da Assembleia Municipal de Armamar, João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Marlene Isabel Cardoso Fernandes, desempenhado as funções de primeira-secretária e Susana Isabel de Almeida Mendes, segunda-secretária. ----------

O presidente da Assembleia Municipal comunicou a substituição, na presente sessão, de Joaquim Duarte, por Ana Laranjeira, de Loris Oliveira, por José António Nogueira e a ausência do presidente da junta de freguesia de Folgosa, Augusto Azevedo. ----------

O **presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou todos os presentes na sessão, realizada de forma descentralizada na freguesia de Aldeias, bem como aqueles que acompanhavam os trabalhos através da transmissão online. ----------

Agradeceu ao presidente da Junta de Freguesia de Aldeias e aos restantes membros dos órgãos da freguesia o convite para participar nas celebrações do 79.º aniversário da elevação de Aldeias à categoria de freguesia. ----------

Dirigiu ainda cumprimentos ao Subcomandante dos Bombeiros Voluntários de Armamar, aos órgãos sociais da Associação Aldeias Com Vida, à representante da Comissão Fabriqueira da Igreja e a todos os presentes. ----------

Presidente da junta de freguesia de Aldeias, António Fernandes, fez a intervenção cujo teor se transcreve. ----------

"*Cumprimento o presidente da assembleia municipal João Paulo Fonseca e através da sua pessoa todos os membros do órgão deliberativo do município de Armamar; cumprimento o presidente da câmara municipal Márcio Morais e através da sua pessoa todos os membros do órgão executivo colegial do município de Armamar.* ----------

Bem-vindos à freguesia de Aldeias. ----------

Honra-nos a presença entre nós de tão distintos servidores públicos e, dá-nos imensa satisfação que aconteça justamente no dia da comemoração do aniversário da criação da freguesia de Aldeias. ----------

Cumprimento os de mais membros da junta de freguesia de Aldeias e da assembleia de freguesia de Aldeias. ----------

Felicito-os pela sua adesão à instituição do Dia da Freguesia e agradeço-lhes o trabalho feito, tantas vezes árduo, sob o mote da promoção e salvaguarda dos interesses daqueles que servimos. ----------

Cumprimento, também, a Fábrica da Igreja Paroquial de Aldeias e a Associação Aldeias Convida. ----------

Cumprimento, ainda, os nossos convidados e o público e, faço-o de forma especial a todas aquelas pessoas que, apesar do amor que têm à nossa terra, pelos mais diversos motivos estão fora ou ausentes. ----------

Minhas senhoras e meus senhores, ----------

A freguesia de Aldeias comemora o aniversário da sua criação, com referência ao clico da sua vida iniciado no dia 13 de junho de 1947. ----------

A assembleia municipal de Armamar reúne em sessão ordinária no seio da freguesia de Aldeias. Portanto, estamos perante factos inéditos eventualmente marcantes. ----------

Na verdade, hoje exaltamos as gerações de mulheres e de homens que nos legaram o que somos e o que temos. ----------

À nossa gente prestamos a devida homenagem e o devido reconhecimento. ----------

Fazemo-lo ao mesmo tempo que é estimulada a participação cívica dos cidadãos na vida democrática do concelho de Armamar. ----------

Nunca antes os membros dos órgãos do município de Armamar tinham estado à nossa mercê desta forma. ----------

Esta proximidade dá visibilidade à realidade da freguesia de Aldeias. ----------

Esta proximidade diz-nos que contamos. ----------

Encontro este que só foi possível pela concertação de vontades e de esforços que agradecemos.

Pois bem, desejo que esta sessão decorra de forma produtiva e que os trabalhos aqui realizados contribuam para o progresso do nosso concelho e para o fortalecimento da nossa democracia local. ----------

Agora, com a permissão do nosso presidente da assembleia municipal, passo a palavra ao nosso conterrâneo Joaquim Loureiro que partilhará connosco a sua visão do caminho feito até aqui. ----------

Quiçá reforçará o significado daquilo que hoje vivemos, enraizando esta comunidade muito para lá da data que hoje assinalamos. ----------

O cidadão **Joaquim Lareiro**, fez a intervenção cujo teor se transcreve: ----------

"Exmo. Senhor Presidente da Camara municipal de Armamar, Senhor Márcio Morais, Digníssimas Autoridades, Caros concidadãos, Estimados convidados e amigos. ----------

Subescrevo, na integra as saudações já expressas pelo Senhor Presidente da Junta, e agradeço desde já o honroso convite para recordar o percurso histórico da nossa comunidade, que hoje assinala o seu "Septuagésimo nono" aniversário de elevação a freguesia. ----------

Esta celebração festiva tão solene convida-nos a comtemplar o passado com sincera gratidão, a abraçar o presente com acrescida responsabilidade e a projetar o futuro com audaz ambição. - Sabemos que esquecer a nossa história seria fragilizar a nossa própria identidade. Felizmente, Aldeias recusa esse esquecimento. A nossa terra é o reflexo vivo de um chão com raízes profundas e seculares, onde o passado mais remoto continua a dar força e sentido à nossa vida em comunidade. ----------

A identidade deste povo de Aldeias faz-se de pessoas e de memórias. Eu próprio cresci enriquecido pelas histórias que os meus antepassados me contavam. Homens e mulheres extraordinárias que, por força das circunstâncias do seu tempo, não confiaram a sua história ao

papel, mas sim à memória viva; num tempo em que o acesso às letras era um privilégio de poucos. ----------

A ausência de registos escritos nunca foi sinónimo de falta de saber. Pelo contrário: moldou neles uma sabedoria prática e profunda. Ficaram por isso, guardiões da tradição oral, da palavra passada com orgulho e precisão de geração em geração. ----------

É essa herança viva, guardada na alma da nossa gente, que hoje tenho a honra de partilhar e celebrar convosco. ----------

O nascimento desta Terra de Aldeias remonta a um antigo povoado que, no horizonte pré-romano, dominava o planalto sobranceiro à fraga da Pena. O Topónimo "Pena" associava-se, localmente, a uma pequena fortificação encastrada na rocha, a qual acabou por batizar aquela estrutura defensiva – O imaginário Castelo da Fraga da Pena. ----------

Tratava-se com certeza de um povoado que aproveitava as enormes defesas naturais do gigantesco penedo granítico, reforçado por altos muros de pedra e terra argilosa que dava proteção mais segura aquele núcleo habitacional. ----------

O nome original deste povoamento acabou por se diluir na bruma do tempo, cedendo lugar a uma nova identidade. Com o avançar dos séculos, este cenário transformou-se profundamente, transformando a própria geografia local. ----------

Na segunda metade do século XII, e no início da fundação da nossa nacionalidade, estas terras de Aldeias, bem como as circundantes, receberam um novo folego demográfico, por ação do nosso Primeiro Rei D. Afonso Henriques. Este, através da figura do seu Leal Aio - D. Egas Moniz, e da sua esposa D Teresa Afonso, impulsionou a doação destes territórios ao Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, com o propósito nobre de aqui fixar gentes, cultivar os campos e garantir o desenvolvimento da nossa região naquele período crucial da história de Portugal. -----

Foi então nessa época que a população deste território começou a descer a vertente da fraga da pena, impelida pela procura de pastagens e vales mais férteis que garantissem, com maior segurança, a sustentabilidade da pastorícia - a principal matriz da sua subsistência; mas

também, pela nova sensação de segurança e paz que começou a reinar a partir desse momento, permitindo-lhes finalmente abandonar a proteção defensiva das alturas. ----------

Fixaram-se, então nas paragens que hoje conhecemos como Marmarinhos e Carvalheira. É desse legado secular que brota o primeiro registo histórico desta comunidade, que à época tomou o nome Aldeia de Santa Maria - Um chão sagrado onde, ainda hoje, o tempo resguarda marcas profundas da fixação daquele antigo povoado. ----------

À luz do presente, esta antiga designação de Aldeia de Santa Maria encerra uma dignidade de tal forma sublime e transcendente que antecipa, consagra e perpetua a nossa própria identidade. ----------

E importante também sublinhar que é a partir desta época que este primitivo povoado se cruza com povoado de Armamar. ----------

O nascimento e a consolidação deste novo povoamento não aconteceram por mero acaso. Foram profundamente influenciados pelo eixo central da região, a celebre via romana que unia o Povoado de Armamar à cidade de Lamego. ----------

Esta artéria secular hoje silenciada pelo tempo servia de passagem obrigatória para todos aqueles que, vindos das terras de Além-Douro, cruzavam o território de Armamar com destino a Lamego. Para ser mais preciso, este traçado coincidia com o atual caminho rural que, partindo de Armamar, descia outrora junto aos Moinhos, elevando-se depois pela Quinta do Torgal até alcançar o lugar da Carvalheira, tendo ali como ponto de referência a mítica Cruz dos Martírios. Dai, o percurso prosseguia pelo alto do Pé d'agua, cruzava o caminho da Mira Gaia e continuava pelo vale de Nascerães, passando pela Capela das Aveleiras. ----------

Finalmente a rota fletia em direção a Figueira, passava pela Capela do Balsemão e estendia-se, em definitivo, até Lamego. ----------

Tratava-se, fundamentalmente de um traçado histórico que, além de unir estas terras, se afirmou mais tarde um afluente dos próprios caminhos de Santiago, ligando os povos de Além Douro ao Bispado de Lamego e por conseguinte à grande historia da Península. ----------

Mais de que sobreviver, aquele antigo povoado fez daquelas terras o seu lar, ao longo de mais de 200 anos de história contínua. ----------

Contudo esse ciclo de estabilidade acabou, forçando a comunidade a deixar o passado para trás. ----------

Ao recuarmos na nossa história, percebemos que esta segunda etapa migratória não foi causada por uma única razão. ----------

A força do mito e a dura realidade camponesa entrelaçaram-se nesta nova viagem. ----------

Por um lado, a memória coletiva preservou a lenda de uma terrível praga. Dizia-se que ceifava a vida dos recém-nascidos logo à nascença. Por outro lado, a razão histórica aponta para uma necessidade bem mais pragmática: a sobrevivência económica. ----------

Movidos pela urgência do sustento, os antigos habitantes procuraram - terras de vale- campos mais ricos e propícios à agricultura de regadio, capaz de garantir pastos abundantes para os seus rebanhos. ----------

Fosse, portanto, pelo temor profundo gerado pelo mito ou pela busca vital de sustento e fartura, o que é certo é que as conjugações destes dois fatores influenciaram a procurar este novo lugar. ----------

Foram estes motivos que os guiaram até aqui, à terra onde hoje vivemos, transformando este chão num verdadeiro porto seguro, onde a vida pôde finalmente prosperar. ----------

Neste processo de transição, dois lugares assumiram particular destaque. O Primeiro a emergir foi o povoado de Aldeia de Baixo: ----------

Os Testemunhos da época sugerem que a primazia desta escolha se deveu às condições ímpares do solo, cuja humidade natural e fertilidade abundante potenciavam as sementeiras e o maneio do gado. Estes dois recursos continuavam a ser pilares essenciais para a subsistência daquele povo. ----------

Foi precisamente nesta localidade que surgiu, entre outras habitações de prestígio, uma das primeiras casas senhoriais A CASA GRANDE. ----------

Era propriedade de uma linhagem abastada, que ali ergueu uma capela em honra de S. Miguel: o nome do Arcanjo ficou desde logo associado aquele lugar. ----------

Refira-se que, por esta altura – estávamos em pleno século XVII e, por força da determinação legislativa da coroa, todos os lugares que hoje integram a nossa freguesia foram submetidos a jurisdição de Armamar. Como o Patrono de Armamar era e continua a ser S. Miguel, esta terra adotou, durante um breve período a designação de Aldeias de S Miguel. ----------

Na mesma data e em simultâneo surgiu no Topo Sul um novo lugar- Aldeia de Cima-. Este povoado criou um paralelo histórico com o povoado de Aldeia de Baixo e com os restantes lugares que foram surgindo ao longo do tempo - tais como, Bairro Novo, o lugar do Seixo o Barracão o Padrão e os Lugares da Pereira e da Carreirinha – moldando a nossa realidade atual. Foi precisamente esta localização estratégica que serviu de motor a um desenvolvimento vigoroso, gerando uma distinção social e arquitetónica bem patente nas cinco grandes casas senhoriais e nos brasões que as coroam. ----------

Foi precisamente este lastro de prosperidade que permitiu um feito extraordinário: entre as décadas de 1920 e 1970, a nossa terra viu nascer mais de duas centenas de licenciados. Trata-se de uma escala invulgar para uma população rural do interior, numa época marcante em que eramos conhecidos na vizinhança, como a terra dos Doutores e das casas brasonadas. Este impulso transformou profundamente a comunidade, reunindo as condições necessárias para que a localidade passasse a governar-se a si própria. O reconhecimento deste esforço concretizou-se a 3 de junho de 1947, data em que foi oficialmente elevada a freguesia por Decreto-Lei. ----------

Nesse mesmo período, a nossa localidade tornou-se a sede da Casa do Povo, uma instituição central que passou a agregar todas as freguesias vizinhas sob a sua alçada. ----------

Foi também nesta altura que nasceram obras de vulto, nascidas exclusivamente do esforço do povo e de que muito nos orgulhamos: A Nossa Majestosa Igreja Matriz – A imponente Torre Altaneira e este Pavilhão Desportivo onde hoje celebramos a nossa história. ----------

Muito mais haveria a dizer sobre a nossa história, mas o tempo de que disponho obriga-me a deixar de fora tantas outras páginas. As nossas Tradições, os nossos costumes, a nossa etnografia e tantos outros acontecimentos marcantes. ----------

Por tudo que fomos e somos, deixo aqui um apelo e um desafio às forças vivas da nossa terra - À nossa Junta de Freguesia – às nossas associações- à nossa Paroquia: Não deixei morrer a nossa história. E imperativo aprofundar a nossa identidade e passá-la, definitivamente para o papel. Só assim garantiremos que os filhos dos filhos dos nossos filhos compreendam o seu legado, guardem a sua memória, exaltem a sua história e defendam com orgulho profundo este património tão valioso. ----------

Para finalizar, e não querendo ser repetitivo, quero renovar mais uma vez o nosso profundo agradecimento ao senhor Presidente da Camara, Márcio Morais, pela honrosa presença e por ter aceitado celebrar este dia tão importante connosco. Saiba, Senhor Presidente, que saberemos reconhecer esta demonstração de carinho e partilha. ----------

Obrigado a todos pela vossa presença e por partilharem este momento connosco. ----------

Um Bom dia para todos." ----------

O **presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao cidadão Joaquim Lareiro a sua intervenção sobre a história da freguesia de Aldeias, destacando a qualidade da sua apresentação. Felicitou-o pelo contributo prestado e agradeceu a sua disponibilidade para participar na sessão. ----------

O **presidente da Câmara Municipal** cumprimentou os membros da Mesa da Assembleia Municipal, os eleitos municipais e das freguesias, bem como as forças vivas e os fregueses de Aldeias. ----------

Destacou a realização descentralizada da Assembleia Municipal, sublinhando a colaboração entre a Assembleia Municipal e a Junta de Freguesia de Aldeias para a concretização da iniciativa. Manifestou satisfação por participar nas comemorações do 79.º aniversário da elevação de Aldeias à categoria de freguesia, que considerou uma

terra com forte identidade, tradições e importância para o concelho de Armamar. -------
Recordando a sua ligação pessoal à freguesia, afirmou ter vivido momentos felizes em Aldeias. Enquanto Presidente da Câmara, reafirmou o compromisso do Município em continuar a investir na freguesia, valorizando o seu património, a apoiar as instituições locais e a melhorar as condições de vida da população. ----------
Sublinhou ainda que o desenvolvimento do concelho depende do contributo das suas catorze freguesias, reconhecendo o papel fundamental de cada uma. Deixou uma palavra de apreço à Junta de Freguesia de Aldeias, na pessoa do seu Presidente, António Fernandes, e a todos os que contribuem diariamente para o bem-estar e a coesão da comunidade. ----------
Agradeceu também ao cidadão Joaquim Lareiro pela apresentação sobre a história da freguesia, manifestando interesse em que esse trabalho fosse disponibilizado aos serviços do Município. Por fim, desejou que a sessão fosse profícua e contribuísse para a valorização e promoção da freguesia de Aldeias e das restantes freguesias do concelho. -
Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para o município -----
Antes do início dos trabalhos, **o presidente da Assembleia Municipal** informou sobre várias iniciativas e eventos realizados recentemente. ----------
Destacou a participação nas comemorações do 10.º aniversário da ANAM, realizadas no dia 7 de maio, em Mirandela. Referiu ainda a participação nas comemorações dos 50 anos do Agrupamento de Escolas de Armamar, que contaram com a presença da Secretária de Estado da Administração Escolar. ----------
No dia 20 de maio realizou-se a Assembleia Intermunicipal da CIM Douro. Já no dia 28 de maio decorreu a Assembleia Municipal Jovem, que contou com a participação de 36 jovens, do 5.º ao 12.º ano de escolaridade. A iniciativa constituiu um espaço para a apresentação e discussão de propostas dos jovens, incluindo o Orçamento Participativo da Escola. ----------

O presidente da Assembleia Municipal apresentou também um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Rodrigues, natural de São Cosmado, que exerceu funções como Presidente de Junta de Freguesia e Vereador da Câmara Municipal de Armamar. Deixou uma palavra de solidariedade ao seu filho, também chamado Manuel Rodrigues, membro desta Assembleia Municipal. ----------

Após estas informações, foram abertas as inscrições para as intervenções dos membros da Assembleia. ----------

António Azevedo cumprimentou os presentes, destacando a importância da participação da população e das instituições da freguesia de Aldeias. Manifestou também o seu apreço pela freguesia e pelas suas gentes, recordando a sua ligação, no passado, ao futebol local. ----------

Na sua intervenção, deu conta da participação, no dia 8 de maio, na Assembleia da CIM Douro, realizada em Peso da Régua, destacando os principais temas aí abordados. Referiu a aprovação da prestação de contas de 2025, com uma despesa de cerca de 9,7 milhões de euros e uma receita de cerca de 12,479 milhões de euros. ----------

Entre os assuntos discutidos, salientou: ----------

o funcionamento dos transportes públicos de passageiros; ----------

a cultura e promoção da região; ----------

as dificuldades dos pequenos viticultores, nomeadamente os preços e o escoamento do vinho; ----------

a necessidade de valorização da produção vitivinícola do Douro; ----------

questões relacionadas com receitas de IMI e o contencioso com a entidade responsável;

a necessidade de reforço dos meios de proteção civil para resposta a catástrofes; --------

as dificuldades e atrasos relacionados com as vias de comunicação; ----------

a emergência médica regional, manifestando preocupação com a retirada de dois helicópteros de emergência, anteriormente sediados em Macedo de Cavaleiros e Viseu;

a promoção da região pela CIM Douro, nomeadamente através da participação em eventos turísticos. ----------

Por fim, chamou a atenção para a situação da estrada municipal do Vacalar, junto ao lugar do Ramalhão. Alertou que o abatimento do muro de suporte, resultou no estreitamento da via, e devido à intensidade de trânsito, incluindo veículos comerciais e de grande dimensão, a circulação destes veículos causa alguns constrangimentos. Sublinhou ainda a necessidade de maior respeito pelas regras de circulação naquele troço. ----------

Emmanuel Galvão, presidente da Junta de Freguesia de Queimadela, cumprimentou o presidente da Assembleia Municipal e respetivas secretárias, o presidente da Câmara Municipal, a vereadora e vereadores, os membros da Assembelia Municipal, os presidentes de Junta, as instituições da freguesia e o público presente. ------

Na sua intervenção, colocou duas questões. A primeira relacionou-se com o Regulamento de Transferências de Verbas para as Freguesias, solicitando ao Presidente da Câmara esclarecimentos sobre o ponto de situação do regulamento, uma vez que o ano já se encontrava a meio, e questionou quais os apoios financeiros com que as freguesias poderiam contar para 2026 e anos seguintes. ----------

A segunda questão incidiu sobre a rede viária da freguesia de Queimadela. Apesar de reconhecer que têm sido realizados alguns melhoramentos nos acessos do concelho, salientou a necessidade de intervenção nas ligações entre Queimadela e o concelho de Tarouca, entre Queimadela e o concelho de Lamego, nomeadamente até Figueira, bem como na acessibilidade através de Meixedo. ----------

Embora reconhecendo que algumas intervenções de maior dimensão estarão previstas para uma fase posterior, solicitou que, no imediato, fosse efetuada a reparação dos buracos existentes nessas vias, de forma a melhorar as condições de circulação. Sublinhou que as condições climatéricas adversas verificadas durante o ano contribuíram

para a degradação dos acessos e considerou importante uma intervenção célere, sobretudo tendo em conta a aproximação da época festiva nas freguesias do concelho. - Por fim, apelou a que fosse dada especial atenção às freguesias que ainda não beneficiaram de melhorias significativas na rede viária, garantindo-se, pelo menos, a realização das necessárias reparações e intervenções de manutenção. ----------

Luís Silva cumprimentou os presentes e agradeceu ao público pela sua presença na sessão. ----------

Na sua intervenção, começou por abordar a obra de repavimentação da Estrada Municipal 313, manifestando a sua preocupação com a forma como os trabalhos têm decorrido. Considerou que a execução da obra não tem corrido bem, apontando, em particular, para o que classificou como uma atitude de desrespeito por parte do empreiteiro para com os utentes da via e os moradores das zonas envolventes. ----------

Nesse sentido, solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que, através dos mecanismos de fiscalização e segurança existentes, sejam tomadas as medidas necessárias para acompanhar devidamente a execução da obra e garantir que o empreiteiro cumpra as suas obrigações e respeite os utentes e moradores. ----------

Por fim, chamou a atenção para a situação existente em São Cosmado, que considerou, à data da intervenção, particularmente crítica, apelando a uma atuação célere por parte do Município. ----------

José António Nogueira cumprimentou os presentes e todos os que acompanhavam a sessão através dos meios digitais. Na sua intervenção, apresentou dois temas que considerou pertinentes para o desenvolvimento do concelho. ----------

O primeiro tema relacionou-se com a rede de carregadores para veículos elétricos. Salientou que, face ao aumento do número de viaturas elétricas, a existência de pontos de carregamento constitui uma importante mais-valia, sobretudo para quem visita o concelho. Referiu ter conhecimento de um pedido apresentado por um Presidente de

Junta de Freguesia para instalação de um carregador, que, segundo afirmou, estaria pendente de decisão do Presidente da Câmara, apelando para que a situação fosse desbloqueada. Considerou que a atual oferta é insuficiente, uma vez que o posto de carregamento existente em Armamar é limitado, defendendo o seu reforço e a instalação de novos equipamentos. Salientou ainda que concelhos vizinhos, como Moimenta da Beira, já dispõem de uma oferta mais desenvolvida, pelo que Armamar não deverá ficar para trás nesta matéria. ----------

O segundo tema abordado foi o ensino profissional em Armamar. Questionou se existe previsão para a sua implementação e qual a posição da Câmara Municipal sobre esta matéria. Considerou que o ensino profissional é compatível com o ensino secundário e deu como exemplo o concelho de Sernancelhe, onde coexistem as duas modalidades de ensino. Defendeu que a existência de ambas as opções poderá beneficiar os jovens, contribuir para a formação de profissionais qualificados e responder às necessidades do mercado de trabalho, sendo também um fator importante para atrair e fixar pessoas no concelho. ----------

Concluiu deixando estes dois temas à consideração e reflexão da Câmara Municipal e da Assembleia. ----------

Cláudia Damião cumprimentou o presidente da Assembleia Municipal, respetivas secretárias, o presidente da Câmara Municipal, vereadores, membros da Assembleia Municipal, presidentes de Junta de Freguesia e o público presente, dirigindo um cumprimento especial à população de Aldeias. Destacou a presença da Professora Maria do Carmo, antigo membro da Assembleia Municipal, que exerceu funções de secretária e chegou também a presidir a algumas reuniões, agradecendo-lhe o trabalho e a dedicação ao órgão deliberativo. ----------

Felicitou a iniciativa de realização descentralizada da Assembleia Municipal, referindo que esta era a segunda vez que tal acontecia no seu percurso. Considerou particularmente

feliz a coincidência de a sessão decorrer em Aldeias, no âmbito das comemorações dos 79 anos da sua elevação a freguesia, num espaço que considerou emblemático para o concelho. ----------

Recordou a importância daquele local na promoção da prática desportiva e saudável dos jovens da freguesia, nomeadamente através do futsal, e agradeceu a Joaquim Lareiro pela apresentação histórica sobre Aldeias, considerando que permitiu aos presentes conhecer melhor a história e o património da freguesia. Manifestou também o seu apreço pessoal por Aldeias e destacou o papel das associações e instituições locais, nomeadamente a associação cultural e a Comissão Fabriqueira da Igreja, pelo trabalho desenvolvido na dinamização da comunidade e na preservação da sua identidade. ---------

Referiu ainda a importância de Fausto José, poeta natural de Aldeias e uma das figuras literárias de destaque do concelho. Defendeu a continuação do trabalho para incluir o poeta nas rotas literárias do Norte, considerando que esta valorização poderia contribuir para atrair investigadores e potenciar o turismo cultural no concelho. Apelou, nesse sentido, ao envolvimento do atual executivo municipal nesta iniciativa. ----------

De seguida, questionou o Presidente da Câmara sobre o ponto de situação de vários projetos previstos nos documentos de planeamento municipal, nomeadamente os percursos de acesso à Cascata da Misarela, o Centro Interpretativo da Maçã, a Casa do Conhecimento Gomes Teixeira e a requalificação do Mercado Municipal, procurando saber quais os desenvolvimentos previstos para cada um destes projetos. ----------

Por fim, felicitou a realização das Jornadas Europeias do Património, aproveitando para chamar a atenção para o património arqueológico existente no concelho. Referiu concretamente a existência de um Castro, cujo acesso público ainda não foi possível concretizar, apelando ao executivo municipal para que sejam desenvolvidos esforços no sentido de tornar este espaço acessível à população e aos visitantes, permitindo valorizar e dar a conhecer a história e o património do concelho. ----------

Rui Fernandes, presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Chãs, cumprimentou os presentes, dirigindo uma palavra especial ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeias pela iniciativa de acolher a Assembleia Municipal. Recordou que, em 11 de novembro de 2023, a Assembleia Municipal se realizou pela primeira vez fora da sede do concelho, numa freguesia, considerando importante que estas iniciativas continuem a acontecer, por permitirem à população conhecer melhor o funcionamento da democracia local. ----------

De seguida, abordou a questão dos cortes da via pública para realização de ligações de água e saneamento. Explicou que, quando os fregueses o questionam sobre os procedimentos necessários para efetuar estas intervenções, os encaminha para a Câmara Municipal, onde é solicitada a respetiva autorização e, aparentemente, um pequeno depósito como garantia da posterior reparação da via. ----------

Considerou, contudo, existir alguma incoerência na atuação do Município, uma vez que também são realizadas aberturas de valas para ligações de água e saneamento por parte dos serviços municipais, sendo que, em alguns casos, estas são apenas tapadas com terra, permanecendo os buracos e cortes na via sem a devida reposição. Defendeu que o Município deve dar o exemplo e assegurar a correta reparação das vias públicas após as intervenções. ----------

Relativamente ao Centro Interpretativo da Maçã, referiu que a obra foi lançada a concurso no mandato anterior, mas que, no atual mandato, tanto quanto tem conhecimento, não voltou a ser colocada a concurso, apesar de ter sido necessária uma retificação dos valores. Manifestou preocupação com a paralisação da obra, considerando que o adiamento poderá tornar a sua concretização cada vez mais difícil. --

Abordou também a necessidade de melhorar a articulação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Recordou que, no início do mandato, o Presidente da Câmara reuniu com todos os Presidentes de Junta, encontro que considerou muito positivo, mas

lamentou que, desde então, não tenha voltado a realizar-se uma reunião conjunta. Defendeu que estas reuniões deveriam ocorrer regularmente, uma ou duas vezes por ano, permitindo uma melhor comunicação e acompanhamento dos problemas das freguesias. ----------

No mesmo âmbito, considerou importante a criação, no Município, de um Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, destinado a auxiliar as autarquias locais na resolução de questões administrativas e na preparação de procedimentos, sobretudo em matérias e obras de maior valor, para as quais algumas juntas não dispõem dos meios ou conhecimentos técnicos necessários. Alertou que, sem esse apoio, poderá ser difícil às juntas concretizar determinadas obras. ----------

Por fim, questionou o executivo municipal sobre o ponto de situação da ampliação frutícola da Quinta de Vilar. ----------

O **presidente da Câmara Municipal** começou por afirmar que a Assembleia Municipal deve ser um espaço para apresentar problemas, mas também para dar conta das soluções, do trabalho realizado e da dinâmica existente no concelho. ----------

Informou sobre a visita da Secretária de Estado da Justiça, Ana Luísa Machado, e da Coordenadora Nacional do BUPi, Eugénia Amaral, destacando que Armamar se encontra entre os dez municípios com melhor desempenho e maior número de cadastros realizados. Referiu também a visita da Secretária de Estado da Educação, Maria Luísa Oliveira, no âmbito das comemorações dos 50 anos da Escola Básica Gomes Teixeira, considerando que esta constituiu uma iniciativa muito positiva para o Agrupamento de Escolas. ----------

A propósito das visitas de membros do Governo ao concelho, afirmou que continuará a receber bem todas as entidades e a promover os produtos endógenos de Armamar. Informou ainda que, na sequência da visita da Secretária da Justiça, foi abordada a possibilidade de centralizar serviços municipais no edifício do Tribunal, matéria que ficou

em análise. ----------

Respondendo às questões colocadas pelos membros da Assembleia, começou pela situação da Estrada Municipal do Vacalar, referida por António Azevedo, esclarecendo que o Município está empenhado na resolução do problema, embora a intervenção tenha um custo estimado de cerca de 500 mil euros. Explicou que a situação do muro de suporte está identificada, tendo o proprietário sido notificado e estando a decorrer o respetivo procedimento para apurar responsabilidades. Referiu ainda que existem outros muros danificados pelas intempéries e que, caso seja necessário o Município assumir as reparações, o custo global poderá atingir cerca de dois milhões de euros, sendo o muro do Vacalar considerado prioritário. Relativamente à circulação na via, reconheceu as dificuldades existentes e referiu que os semáforos atualmente instalados já representam uma melhoria, embora tenha ocorrido uma avaria pontual. ----------

Quanto às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Queimadela, informou que o Regulamento de Transferência de Competências para as Freguesias se encontra em elaboração. Reafirmou o compromisso de reforçar o orçamento destinado às freguesias, mantendo, para 2026, os 40.000 euros de apoio disponíveis, sendo que, futuramente, a distribuição das verbas deverá ter em consideração critérios como a área da freguesia e o número de fogos habitáveis. ----------

Relativamente à rede viária de Queimadela, confirmou que já tinha transmitido ao Presidente da Junta a intenção do executivo de pavimentar as estradas por ele referidas. Indicou como prioridades as ligações São Cosmado–Lapinha–Cardais e, posteriormente, Santa Cruz–Vila Nova–Vila Chã da Beira. Sobre as reparações com betuminoso, explicou que algumas têm sido realizadas, embora com menor frequência do que seria desejável devido à escassez de recursos humanos. ----------

Em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Chãs, reconheceu a inexistência, neste momento, de um gabinete específico de apoio às juntas de freguesia

ou aos fruticultores, admitindo, contudo, a possibilidade de contratação de recursos para esse efeito. Explicou que o Município enfrenta atualmente a saída de vários trabalhadores por aposentação, muitos deles ligados às escolas, sendo necessário assegurar prioritariamente os recursos humanos indispensáveis ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino. Salientou que não pretende deixar as escolas sem auxiliares de ação educativa. ----------

Quanto à realização de reuniões com os Presidentes de Junta, afirmou que ainda decorreriam seis meses até ao final do ano e que certamente seria realizada pelo menos mais uma reunião conjunta. ----------

Relativamente à Quinta de Vilar, informou que os serviços municipais desenvolveram um trabalho considerado positivo e que a ampliação frutícola deverá iniciar-se em breve.

Respondendo à intervenção de Luís Silva, relacionada com a obra da EN 313, afirmou não ter recebido informação sobre comportamentos desrespeitosos por parte dos trabalhadores da empreitada. Esclareceu que a empresa Almeida Cabral interrompeu temporariamente os trabalhos por ter sido necessário colaborar com o Município de Viseu, que corria o risco de perder financiamento devido ao incumprimento de prazos. Reafirmou que não aceita comportamentos desrespeitosos para com os cidadãos, mas apelou também a que seja considerada a forma como os cidadãos e autarcas são, por vezes, abordados durante a execução das obras. ----------

Relativamente aos carregadores de veículos elétricos, em resposta a José António Nogueira, desafiou-o a identificar a Junta de Freguesia a que este se referia, de qualquer forma informou que estão previstos cinco postos de carregamento na Avenida 8 de Setembro e na zona do Mercado Municipal, mostrando-se favorável ao reforço desta infraestrutura. ----------

Por fim, relativamente às questões colocadas por Cláudia Damião sobre os projetos e candidaturas municipais, esclareceu que a sua concretização não depende

exclusivamente da Câmara Municipal, uma vez que está condicionada à aprovação das respetivas candidaturas. Manifestou o desejo de que estas fossem aprovadas e não ficassem sem execução. ----------

Retomando a questão dos cortes nas vias públicas, explicou ao Presidente da Junta de São Martinho das Chãs que, em muitas situações, as aberturas para ligações são realizadas pelos próprios colaboradores do Município, precisamente com o objetivo de minimizar os danos causados nas vias. ----------

A **vereadora Sara Gouveia** cumprimentou os presentes e a comunidade de Aldeias, manifestando a sua satisfação por participar na Assembleia Municipal descentralizada. Felicitou o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeias pela iniciativa e pela concretização desta sessão. ----------

Na sua intervenção, procurou esclarecer a questão relacionada com o ensino profissional em Armamar, reconhecendo que esta é também uma preocupação e uma ambição do executivo municipal. Explicou que, no dia 30 de janeiro, decorreu no AUDIR uma reunião de trabalho promovida pela CIM Douro, na qual participaram representantes do Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira e do Município. Nessa reunião foi manifestado interesse na criação dos cursos profissionais de Técnico de Turismo e de Enologia e Enoturismo, este último em substituição do anterior curso de Técnico de Vitivinicultura. A proposta foi devidamente instruída e submetida à CIM Douro, tendo sido fundamentada pelo Agrupamento de Escolas. ----------

A vereadora explicou que a intenção de apresentar duas áreas de formação teve em consideração a possibilidade de os alunos poderem optar por diferentes percursos formativos, em articulação com a oferta existente nos concelhos limítrofes. No entanto, referiu que a dimensão da comunidade educativa de Armamar, atualmente com um universo de 42 alunos, condicionou a decisão. ----------

Informou que, no dia 9 do mês em curso, decorreu uma nova reunião para a atribuição

dos cursos profissionais nos diferentes municípios, com a presença da Vice-Presidente da CCDR-N responsável pela área da Educação, Maria José Fernandes. Relativamente a Armamar, foi comunicado que, tendo em conta o número reduzido de alunos e as orientações da DGESTE, não seria recomendada, neste momento, a abertura de uma oferta de ensino profissional, de forma a não comprometer a sustentabilidade do ensino regular. ----------

Segundo explicou, as orientações recebidas apontam para que, no próximo ano, possa ser apresentada uma nova manifestação de interesse, desta vez acompanhada de um trabalho preparatório e de uma fundamentação mais sólida relativamente ao número potencial de alunos. Entre as possibilidades referidas encontra-se a captação de alunos externos, nomeadamente através de uma estratégia dirigida aos PALOP, à semelhança do que já acontece noutros concelhos da região. ----------

Concluiu reconhecendo que os atuais 42 alunos não permitem, neste momento, garantir simultaneamente uma oferta regular e profissional sustentável, mas reafirmou a intenção do executivo de continuar a trabalhar para que o ensino profissional seja uma realidade em Armamar, comprometendo-se a desenvolver todos os esforços necessários para concretizar esse objetivo. ----------

INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Intervalo ----------

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal reiniciou os trabalhos às doze horas e oito minutos e comunicou que continua ausente o presidente da junta de freguesia de Folgosa, Augusto Azevedo. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ de Armamar - Ano de 2025 (cuja cópia passou a constituir o anexo I à ata) ----------

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. ----------

Apreciação da informação escrita, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata) ----------

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. ----------

Ata da sessão de 27 de abril de 2026 ----------

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na referida sessão.-

Passou a estar ausente o presidente de junta de freguesia de Aldeias, António José Fernandes. ----------

Processo 964/2026. Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau (chefes de divisão) e Designação do Júri ----------

Transcrição do teor da proposta de resolução: ----------

"***Factos e fundamentos legais*** ----------

Considerando que a nova Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços da Câmara Municipal foi aprovada e publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 10, de 15 de janeiro de 2026, prevendo a existência de três unidades orgânica com o nível correspondente a divisão municipal, dirigidas por titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão Municipal), indispensáveis para assegurar o regular e eficiente funcionamento dos serviços municipais; ----------

Considerando que, na sequência da referida reorganização, foram designados três titulares dos referidos cargos, em regime de substituição, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, aplicável à administração local por força da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, devendo o respetivo procedimento concursal ser iniciado no prazo máximo de 90 dias, a contar da data da designação em substituição; ----------

Considerando que, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o recrutamento dos titulares de cargos de direção intermédia é efetuado mediante procedimento concursal, cujos condicionalismos constam da proposta 08/PRES/25, de 19de dezembro de

2025, aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2025. --

Deste modo, face ao prazo legalmente estipulado relativo à duração do regime de substituição, torna-se necessário encetar os procedimentos tendentes ao recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção intermédia de 2.º grau. ----------

Considerando que, nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o júri do procedimento concursal é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, sendo composto por um presidente e dois vogais; ----------

Considerando ainda que os procedimentos concursais devem ser publicitados na Bolsa de Emprego Público e no Diário da República, com indicação do perfil exigido, requisitos de recrutamento, composição do júri e métodos de seleção, designadamente avaliação curricular e entrevista pública, nos termos da legislação aplicável. ----------

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/1203 de 1 de junho de 2026. ----------

Resolução *----------*

No uso das competências delegadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal através do Despacho n.º 13/PRES/25, de 10 de novembro de 2025, que me confere poderes para "decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos", e no mais que legalmente me é permitido, ----------

Proponho que a Câmara Municipal delibere: ----------

1– Aprovar a abertura dos procedimentos concursais para provimento, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, dos seguintes cargos de direção intermédia de 2.º grau: --

Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e de Desenvolvimento Social; ----------

Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Urbanismo e Ambiente; ----------

Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Gestão Financeira. ----------

2– Submeter à Assembleia Municipal, para discussão e votação, na próxima sessão, a designação dos júris dos respetivos procedimentos concursais, com a seguinte constituição: ------

Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e de Desenvolvimento Social: ----------

Presidente do júri: ----------

– Dr. António Manuel Cardoso Marques, Professor Catedrático da Universidade da Beira Interior e Docente do Departamento de Gestão e Economia. ----------

1.º Vogal Efetivo: ----------

– Engenheiro Ricardo José Sapage Madeira, Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Recursos Humanos do Município de Santa Marta de Penaguião; ----------

2.º Vogal Efetivo: ----------

– Dr.ª Sónia Cristina Morgado Faustino, Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e Contratação do Município de Torre de Moncorvo. ----------

1.º Vogal Suplente: ----------

– Dr.º Carla Cristina Branco Caseiro Victor – Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Freixo de Espada à Cinta; ----------

2.º Vogal Suplente: ----------

– Engenheiro Carlos Manuel Gomes Jerónimo, Chefe de Divisão de Empreitadas do Município do Fundão. ----------

Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Urbanismo e Ambiente: ----------

Presidente do júri: ----------

– Dr. António Manuel Cardoso Marques, Professor Catedrático na Universidade da Beira Interior e Docente do Departamento de Gestão e Economia. ----------

1.º Vogal Efetivo: ----------

– Engenheiro Carlos Manuel Gomes Jerónimo, Chefe de Divisão de Empreitadas do Município do Fundão; ----------

2.º Vogal Efetivo: ----------

– Dr.ª Sónia Cristina Morgado Faustino, Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e Contratação do Município de Torre de Moncorvo. ----------

1.º Vogal Suplente: ----------

– Engenheiro Ricardo José Sapage Madeira, Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Recursos Humanos do Município de Santa Marta de Penaguião; ----------

2.º Vogal Suplente: ----------

– Dr.ª Carla Cristina Branco Caseiro Victor – Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Freixo de Espada à Cinta. ----------

Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Gestão Financeira: ----------

Presidente do júri: ----------

– Dr. António Manuel Cardoso Marques, Professor Catedrático na Universidade da Beira Interior e Docente do Departamento de Gestão e Economia. ----------

1.º Vogal Efetivo: ----------

– Dr.ª Sónia Cristina Morgado Faustino, Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e Contratação do Município de Torre de Moncorvo; ----------

2.º Vogal Efetivo: ----------

– Engenheiro Ricardo José Sapage Madeira, Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Recursos Humanos do Município de Santa Marta de Penaguião; ----------

1.º Vogal Suplente: ----------

– Dr.ª Carla Cristina Branco Caseiro Victor – Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Freixo de Espada à Cinta. ----------

2.º Vogal Suplente: ----------

– Engenheiro Carlos Manuel Gomes Jerónimo, Chefe de Divisão de Empreitadas do Município do Fundão; ----------

Deliberação da Câmara Municipal em 05 de junho de 2026: Aprovado, por maioria, com dois votos contra (a saber: vereadores Rui Dionísio e Paulo Tolda), submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal." ----------

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: ----------

António Azevedo, relativamente a este ponto, referiu que seria expectável que o

Presidente da Câmara Municipal prestasse informação adicional sobre a matéria em análise. Manifestou a sua preocupação relativamente ao procedimento adotado para a constituição do júri, considerando que, embora possa cumprir os requisitos legais, deveria existir um critério mais transparente e devidamente fundamentado. ----------

Questionou, em particular, a escolha de elementos do júri geograficamente distantes, quando poderão existir no concelho ou na região pessoas com competência e perfil adequado para desempenhar essas funções. Manifestou igualmente estranheza pelo facto de ser frequentemente designada a mesma pessoa para presidir aos júris, apesar de estes apreciarem matérias, funções e cargos distintos. ----------

Sublinhou que não coloca necessariamente em causa a legalidade do procedimento, mas considera que a legalidade, por si só, não é suficiente, sendo necessária maior transparência e fundamentação nas escolhas efetuadas. ----------

Concluiu afirmando que estas dúvidas justificavam a sua reticência relativamente à proposta e a possibilidade de voto contra, caso o Presidente da Câmara não apresentasse esclarecimentos adicionais que permitissem compreender melhor os critérios adotados. ----------

O **presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a intervenção de António Azevedo poderia ser entendida como colocando em causa a idoneidade e a imparcialidade do júri, salientando que a constituição destes júris não é um processo simples. Referiu que o Município procura assegurar procedimentos justos e transparentes, recorrendo, para esse efeito, a outros municípios que integram a CIM Douro, à própria CIM e a autarcas com experiência nestas matérias, procurando encontrar pessoas com competência e disponibilidade para integrar os júris. ----------

Sublinhou que o objetivo do Executivo é fazer avançar os procedimentos de recrutamento para os cargos de chefia intermédia de segundo e terceiro grau, manifestando a expectativa de que nenhum destes procedimentos fique deserto.

Considerou essencial dotar a Câmara Municipal de uma estrutura dirigente capaz de reforçar a sua capacidade de trabalho interno e de responder às situações do dia a dia sem necessidade de recorrer sistematicamente a serviços externos. ----------

Explicou ainda que, quando não se sente suficientemente seguro relativamente a determinada matéria, procura ouvir os seus pares, nomeadamente outros autarcas com maior experiência, a CIM Douro e outras pessoas com conhecimento relevante, considerando esse processo de consulta uma forma de melhorar as decisões tomadas. Concluiu reafirmando que o Executivo pretende avançar para uma estrutura orgânica mais forte, coesa e capaz de produzir resultados. ----------

António Azevedo esclareceu que a sua intervenção não pretendia assumir um caráter de disputa pessoal, afirmando que participa nos trabalhos da Assembleia no exercício de um serviço voluntário em representação da população do concelho. Sublinhou que a questão colocada não visava pôr em causa a nomeação de qualquer pessoa, nem a sua idoneidade, competência ou capacidade para exercer as funções. ----------

Explicou que a sua intervenção teve como objetivo questionar o procedimento adotado para a escolha dos elementos que integram os júris, procurando saber quais foram os critérios que estiveram na base dessas escolhas. Considerou importante que esses critérios sejam devidamente esclarecidos e compreendidos, independentemente da competência ou idoneidade das pessoas selecionadas. ----------

Acrescentou que existe ainda uma segunda questão que considera pertinente, relacionada com o facto de ser sempre o mesmo elemento a assumir a presidência do júri nos diferentes procedimentos. Pretendeu, assim, obter esclarecimentos não apenas sobre a escolha dos membros dos júris, mas também sobre a razão pela qual a presidência tem recaído reiteradamente na mesma pessoa. ----------

O **presidente da Câmara Municipal** esclareceu que não interpretou a intervenção de António Azevedo como uma disputa pessoal, sublinhando que ambos se encontram a

representar o concelho e a procurar contribuir para o seu interesse. ----------

Relativamente à constituição do júri, reiterou que a preocupação do Executivo foi encontrar uma solução que assegurasse maior transparência e que respondesse às necessidades dos procedimentos em causa. Explicou que os elementos escolhidos aceitaram integrar o júri de forma gratuita, demonstraram disponibilidade e já tinham participado em procedimentos concursais semelhantes noutras autarquias, nos quais o mesmo elemento também assumira a presidência do júri. ----------

Referiu que o Executivo procurou diversas alternativas, incluindo dentro do próprio Município, mas não conseguiu encontrar, na área geográfica considerada, pessoas disponíveis para integrar o júri. Salientou, por isso, que a solução adotada resultou das possibilidades concretas existentes e foi, no entendimento do Executivo, a melhor solução encontrada, garantindo um júri homogéneo e transparente. ----------

Acrescentou que, no futuro, poderá ser ponderada uma maior partilha e articulação com os membros da Assembleia e outras pessoas que possam contribuir para estes processos, manifestando abertura para essa colaboração. Contudo, destacou que os procedimentos em curso exigem decisões num prazo reduzido, sendo necessário encerrá-los e avançar. Concluiu reafirmando que a constituição do júri procurou conciliar transparência, competência e disponibilidade, não tendo sido encontrada, na região, outra solução viável no prazo necessário. ----------

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 1 abstenção e 8 votos contra (a saber: respetivamente: Luís Silva, António Azevedo, Flávia Laranjeira, Ofélia Melo, Rui Gaspar, José António Nogueira, Eulália Feitais, presidente da junta de freguesia de Queimadela, Emmanuel Galvão e presidente da união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião Manuel João Silva). ----------

Luís Silva veio justificar a sua abstenção dizendo que a mesma se deve ao facto de que irá ser candidato a chefe de divisão da unidade orgânica do urbanismo e ambiente. -------

Processo 965/2026. Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau e Designação do Júri ----------

Transcrição do teor da proposta de resolução: ----------

"***Factos e fundamentos legais*** ----------

Considerando que a nova Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços da Câmara Municipal foi aprovada e publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 10, de 15 de janeiro de 2026, prevendo a existência de quatro unidades chefiadas por titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau, indispensáveis ao regular funcionamento dos serviços municipais; -------

Considerando que, na sequência da referida reorganização, foram designados dois titulares dos referidos cargos, em regime de substituição, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, aplicável à administração local por força da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, devendo o respetivo procedimento concursal ser iniciado no prazo máximo de 90 dias, a contar da data da designação em substituição; ----------

Considerando que, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o recrutamento dos titulares de cargos de direção intermédia é efetuado mediante procedimento concursal, cujos condicionalismos constam da proposta 08/PRES/25, de 19 de dezembro de 2025, aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2025. --

Considerando que, nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o júri do procedimento concursal é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, sendo composto por um presidente e dois vogais; ----------

Considerando ainda que os procedimentos concursais devem ser publicitados na Bolsa de Emprego Público e no Diário da República, com indicação do perfil exigido, requisitos de recrutamento, composição do júri e métodos de seleção, designadamente avaliação curricular e entrevista pública, nos termos da legislação aplicável. ----------

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/1202 de 1 de junho de 2026. ----------

Resolução ----------

No uso das competências delegadas pelo Presidente da Câmara Municipal através do Despacho n.º 13/PRES/25, de 10 de novembro de 2025, que me confere poderes para "decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais", e no mais que legalmente me é permitido, ----------

Proponho que a Câmara Municipal delibere: ----------

1- Aprovar a abertura dos procedimentos concursais para provimento, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, dos seguintes cargos de direção intermédia de 3.º grau: --

. Chefe da Unidade Recursos Humanos; ----------

. Chefe da Unidade de Urbanismo; ----------

2– Submeter à Assembleia Municipal, para discussão e votação, na próxima sessão, a designação dos júris dos respetivos procedimentos concursais, com a seguinte constituição: ------

Chefe da Unidade Recursos Humanos: ----------

Presidente do júri: ----------

– Dr. António Manuel Cardoso Marques, Professor Catedrático na Universidade da Beira Interior e Docente do Departamento de Gestão e Economia. ----------

1.º Vogal Efetivo: ----------

– Engenheiro Ricardo José Sapage Madeira, Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Recursos Humanos do Município de Santa Marta de Penaguião; ----------

2.º Vogal Efetivo: ----------

– Dr.ª Sónia Cristina Morgado Faustino, Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e Contratação do Município de Torre de Moncorvo. ----------

1.º Vogal Suplente: ----------

– Dr.ª Carla Cristina Branco Caseiro Victor – Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Freixo de Espada à Cinta; ----------

2.º Vogal Suplente: ----------

– Engenheiro Carlos Manuel Gomes Jerónimo, Chefe de Divisão de Empreitadas do Município

do Fundão. ----------

Chefe da Unidade de Urbanismo: ----------

Presidente do júri: ----------

– Dr. António Manuel Cardoso Marques, Professor Catedrático na Universidade da Beira Interior e Docente do Departamento de Gestão e Economia. ----------

1.º Vogal Efetivo: ----------

– Engenheiro Carlos Manuel Gomes Jerónimo, Chefe de Divisão de Empreitadas do Município do Fundão; ----------

2.º Vogal Efetivo: ----------

– Dr.ª Sónia Cristina Morgado Faustino, Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e Contratação do Município de Torre de Moncorvo. ----------

1.º Vogal Suplente: ----------

– Engenheiro Ricardo José Sapage Madeira, Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Recursos Humanos do Município de Santa Marta de Penaguião; ----------

2.º Vogal Suplente: ----------

– Dr.ª Carla Cristina Branco Caseiro Victor – Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Freixo de Espada à Cinta. ----------

Deliberação da Câmara Municipal em 05 de junho de 2026: Aprovado, por maioria, com dois votos contra (a saber: vereadores Rui Dionísio e Paulo Tolda), submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal." ----------

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. ----------

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 9 votos contra (a saber: Luís Silva, António Azevedo, Flávia Laranjeira, Ofélia Melo, Rui Gaspar, José António Nogueira, Eulália Feitais, presidente da junta de freguesia de Queimadela, Emmanuel Galvão e presidente da união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião Manuel João Silva). ----------

Processo 270/2026. Projeto de Regulamento da Montra Vínica ----------

Transcrição do teor da proposta de resolução: ----------

"***Factos e fundamentos legais*** ----------

A câmara municipal, na reunião realizada no dia 06 de fevereiro de 2026, deliberou, à luz do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovar a proposta de início do procedimento do regulamento administrativo cujo objeto é a preparação e a realização da Montra Vínica. ----------

Depois da decisão, o projeto do regulamento foi sujeito a aperfeiçoamento. ----------

Entretanto, ----------

No dia 04 de março de 2026, através de edital, foi tornado público o início do procedimento e o prazo para a constituição de interessados no processo; ----------

Prazo esse que terminou sem registo de interessados, ficando a participação procedimental, nesta fase, deserta. ----------

Seguidamente, ----------

No dia 08 de abril de 2026, a câmara municipal deliberou aprovar a proposta de submissão a consulta pública do projeto do regulamento, tendo-se iniciado no dia 24 de abril de 2026 (data da publicação na 2.ª série do Diário da República – Edital n.º 463/2026); ----------

Também a consulta pública não suscitou a formalização de sugestões ou questões. ----------

Assim, ----------

Para efeitos do disposto no artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo, apresenta-se o projeto do Regulamento Municipal da Montra Vínica (cuja nota justificativa está patente no respetivo preâmbulo). ----------

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/1240 de 3 de junho de 2026. ----------

Resolução ----------

Cabe à câmara municipal deliberar sobre a proposta de sujeição à apreciação e votação da assembleia municipal do projeto do Regulamento Municipal da Montra Vínica (cf. alínea k), n.º

1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais). ----------

Deliberação da Câmara Municipal em 05 de junho de 2026: Aprovado, por unanimidade, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal." ----------

---

O **presidente da Câmara Municipal** referiu que o projeto de Regulamento da Montra Vínica foi disponibilizado aos membros para análise e estabelece as normas relativas ao seu funcionamento, participação, e demais condições associadas à realização da iniciativa. ----------

Considerou este regulamento como um exemplo do trabalho que o Executivo Municipal tem vindo a desenvolver na elaboração e revisão dos diversos regulamentos municipais, agradecendo a colaboração de todos os membros do Executivo. Reconheceu que nem sempre existe consenso entre os diferentes intervenientes e que têm surgido divergências em algumas matérias, mas salientou que existe uma dimensão maior que os une e que deve prevalecer sobre aquilo que os separa. ----------

Concluiu referindo que o Município está a proceder à regularização e atualização dos seus regulamentos, havendo já vários documentos em processo de revisão, apelando à compreensão e paciência dos membros, uma vez que este trabalho está a ser desenvolvido de forma gradual e será concretizado. ----------

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. ----------

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. ----------

Encerramento da reunião ----------

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. ----------

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. ----------

Forma de votação ----------

----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas de forma nominal. ----------

---- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da assembleia municipal encerrada a sessão às doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.° 2 do artigo 57.° do anexo I da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro. ----------

O Presidente:

Primeira secretária:

Segunda-secretária: